DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2018

SAMARCO
www.samarco.com

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Samarco Mineração S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Samarco Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Samarco Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia e suas controladas estão com suas atividades suspensas desde o rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015. Em decorrência desse evento, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 apresenta patrimônio líquido negativo de R$ 17.116.614 mil, o passivo circulante consolidado excede o ativo circulante consolidado em R$ 23.292.630 mil e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, apresenta geração negativa de caixa nas atividades operacionais de R$ 870.289 mil. Esses eventos ou condições, juntamente com o fato de que a retomada das atividades da Companhia e suas controladas depende da aprovação do processo de licenciamento para utilização de cava para a deposição de rejeitos (Licença Operacional Corretiva – LOC), apresentado em 2016 à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, encontram-se em curso diversos processos judiciais e administrativos sobre questões cíveis, trabalhistas e ambientais relacionadas ao rompimento da barragem e, em decorrência disso, a Companhia e seus acionistas firmaram um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) para determinar as medidas e ações para reparar e compensar os danos socioeconômicos e ambientais. Para viabilizar o TTAC, a Companhia e seus acionistas instituíram uma Fundação com a finalidade de desenvolver e implementar programas ambientais e socioeconômicos para reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Até que as operações da Companhia e suas controladas sejam retomadas, as obrigações ordinárias estão sendo honradas por meio de suporte financeiro de seus acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão ambiental e socioeconômica relacionada à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão: Veja as Notas 1(a) e 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: Em 5 de novembro de 2015, após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, localizada em Mariana-MG, as operações da Companhia e suas controladas foram interrompidas e, desde o rompimento, gastos relevantes foram incorridos pela Companhia com o intuito de prevenir o agravamento dos impactos, reparar e prover compensação pelos danos materiais, ambientais e socioeconômicos. A Companhia também reconheceu a baixa de seus ativos afetados pelo rompimento e registrou provisões com base nos gastos futuros estimados. A provisão para futuros gastos associados ao rompimento baseia-se nas estimativas de aportes a serem realizados na Fundação Renova, criada após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC. A referida Fundação, por meio de seus programas, é responsável pela compensação e recuperação socioambiental e socioeconômica. Inicialmente, a provisão resultou de estimativas internas e suporte de consultores externos especializados, contratados para tal fim, e que são atualizados com base nas mudanças de estimativas de dispêndio vinculados à execução dos programas pela Fundação Renova. A provisão registrada pela Companhia também incorpora estimativas de gastos internos vinculados ao rompimento sem vínculo com à Fundação Renova e seus programas. Considerando que há incerteza significativa quanto aos valores a serem pagos pela Companhia para cumprir com os programas da Fundação Renova e outros gastos decorrentes do rompimento da barragem devido à possibilidade de mudanças nas premissas, pela ausência de precedentes e dependência de diversos fatores que não estão, exclusivamente, sob o controle da Companhia, a determinação das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2018 exigiu um grau de julgamento relevante da administração. Há também processos administrativos e judiciais (inclusive ações civis públicas) impetrados contra a Companhia até o momento, relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. A avaliação dos riscos associados a tais processos envolve julgamentos significativos que podem resultar em impactos relevantes sobre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Devido à relevância dos montantes envolvidos e da complexidade e dos julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração da provisão socioambiental e socioeconômica, este assunto requereu atenção relevante e foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Como parte do processo de auditoria, executamos, dentre outros, os seguintes procedimentos: Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à aprovação das estimativas orçamentárias da Fundação Renova que servem de base para a provisão socioambiental e socioeconômica, bem como atualização das demais premissas vinculadas ao cálculo da referida provisão. Obtivemos a composição do orçamento da Fundação Renova, por programa em 31 de dezembro de 2018. Este orçamento fundamenta provisão para compensação e recuperação socioambiental e socioeconômica e, confrontamos essa composição com as definições estabelecidas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, visando verificar a existência de provisão para cada um dos programas. Para as movimentações julgadas relevantes para as estimativas da provisão, obtivemos a fundamentação das premissas empregadas na revisão das estimativas para complemento ou redução do valor provisionado. Nossos procedimentos incluíram confirmações de saldos e custos incorridos junto à Fundação Renova. Nessa revisão de estimativas, envolvemos ainda nossos especialistas em finanças corporativas para revisar a metodologia de cálculo do valor presente das obrigações, incluindo taxas de juros e inflação aplicadas no cálculo financeiro da provisão. Obtivemos relatórios preparados pela administração da Companhia relativos aos processos administrativos e judiciais e de ações civis públicas e, para processos de montantes relevantes, confrontamos com as confirmações obtidas dos consultores jurídicos da Companhia. Envolvemos, ainda, nossos especialistas legais para revisar as ações civis públicas relevantes, relacionadas ao rompimento da barragem, visando obter o entendimento, a partir das fundamentações providas pela administração, sobre se certas reivindicações constantes nos processos movidos contra a Companhia já estavam abrangidas nos termos firmados pela Companhia. Efetuamos a leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as provisões socioambiental e socioeconômica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável do imobilizado: Veja a Nota 12.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria: Por consequência da paralisação das operações da Companhia em Mariana, após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as avaliações da Administração quanto aos indicadores de perda do valor recuperável de ativos imobilizado apontam indício de que seus ativos possam estar desvalorizados.

Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável dos ativos. A utilização de diferentes premissas poderia resultar em mudanças significativas nos resultados apurados pela Companhia em suas projeções de seus fluxos de caixa.

Devido a relevância dos saldos, bem como o fato de que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à preparação e revisão do plano de negócios que foram base para a análise do valor recuperável. Envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e principais premissas empregadas nas projeções de fluxos de caixa futuros. Na avaliação das premissas adotadas pela administração contidas nas projeções apresentadas, consideramos, sobretudo, o prazo estimado de retorno às operações, bem como as projeções de mercado em relação às taxas de câmbio, projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro, a estimativa do volume das vendas, a vida útil dos ativos, o crescimento dos custos e a consistência dessas variáveis contidas nas projeções elaboradas pela administração da Companhia. Também, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do ativo imobilizado e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda diferido: Veja a Nota 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria: Desde o rompimento da barragem de Fundão e consequente paralisação de suas operações, a Companhia acumula prejuízo fiscal. Na avaliação da Administração, diante do atual contexto, a Companhia não é capaz de gerar lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização do ativo em um prazo razoável e não reconhece ativo diferido oriundos dos referidos prejuízos fiscais. O montante de imposto de renda diferido ativo não reconhecido nas demonstrações financeiras oriundos de prejuízos fiscais acumulados é de R$ 2.592.281 mil em 31 de dezembro de 2018. Durante o exercício, a Companhia mantém saldo de imposto de renda diferido ativo oriundo de provisões temporariamente não dedutíveis (adições temporárias na apuração de imposto de renda). Entretanto, a parcela do imposto de renda diferido ativo oriundo de adições temporárias vinculadas à provisão socioambiental e socioeconômica e variação cambial não realizada no montante de R$ 3.347.159 mil e R$ 574.423 mil, respectivamente, não são reconhecidas. Portanto, as demonstrações financeiras apresentam um saldo de imposto de renda diferido passivo, líquido, de R$ 2.268.024 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2018. Por se tratar de valores materiais, cuja análise de realização envolve julgamentos relevantes e faz uso de premissas subjetivas para determinar as projeções de lucros tributáveis futuros, inclusive quanto ao prazo para retorno das atividades da Companhia, consideramos essa área como sendo significativa para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Como resposta de auditoria, dentro outros, efetuamos os seguintes procedimentos: Envolvemos nossos especialistas em temas tributários para nos auxiliar nos recálculos dos prejuízos fiscais e das diferenças temporárias, incluindo alíquotas vigentes em cada regime de tributação aplicável à Samarco. Em nossas análises, avaliamos a capacidade de utilização de prejuízo fiscal por meio da compensação com os saldos de exclusões temporárias na apuração de imposto de renda de 31 de dezembro de 2018 e sua expectativa de realização em exercícios futuros, bem como a utilização de prejuízos fiscais decorrente da geração de lucro tributável futuro. Adicionalmente, testamos as projeções apresentadas pela administração, executando procedimentos de auditoria descritos acima no PAA "Avaliação do Valor Recuperável do Imobilizado". No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos e ajustes imateriais, os quais não foram registrados pela Administração. Efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Provisão para contingências: Veja a Nota 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria: O reconhecimento e mensuração das Provisões e divulgação dos passivos contingentes relativos a processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e, principalmente, assuntos tributários, requerem exercício de julgamento da Companhia para avaliar a existência de uma obrigação presente e da probabilidade de que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação dos riscos associados a tais processos envolve julgamentos significativos que podem resultar em impactos relevantes sobre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Como resposta de auditoria, dentro outros, efetuamos os seguintes procedimentos: Obtivemos a relação de processos judiciais e administrativos nos quais a Companhia é parte, a avaliação da Companhia quanto à mensuração e probabilidade de que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, bem como a avaliação dos assessores externos da Companhia quanto à mensuração e probabilidade do risco de perda. Com base nestas informações, avaliamos a os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das Provisões e passivos contingentes, bem como a suficiência destas, levando em consideração as avaliações efetuadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas e informações históricas. Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e montantes associados a alguns processos julgados relevantes em nossa avaliação. Efetuamos também, em base amostral, o recálculo e confronto da atualização monetária de passivos registrados e depósitos judiciais existentes até a data das demonstrações financeiras. Por fim, analisamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras em relação às informações sobre a natureza, exposição e os valores dos riscos sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as provisões para contingências e passivos contingentes e as respectivas divulgações, no tocante ao reconhecimento, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Eventos subsequentes: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 33 às demonstrações financeiras que menciona que, em 29 de janeiro de 2019, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais ("SEMAD"), por meio da resolução Nº 2.762, dispôs sobre a suspensão das análises de regularização ambiental em curso relativo à atividade de disposição de rejeitos em barragens independentemente do método construtivo, até que as novas regras sejam publicadas pelos órgãos competentes. Em 21 de março de 2019, em complemento à resolução Nº 2.762, foi publicada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784 que determina a descaracterização no prazo de 3 anos, de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerárias. A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas resoluções nos processos do Licenciamento Operacional Corretivo (LOC), no Sistema de Disposição de Rejeitos da cava de Alegria Sul e nos seus planos de negócios. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 09 de outubro de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2019.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

1384 cm -15 1227636 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARA GERENCIAMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRO SUDESTE – CISDESTE .

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 027/2019. PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2019. O CISDESTE faz saber que as 09:00h do dia 06 de junho de 2019, no auditório da sede do CISDESTE, localizado na Rua Cel. Vidal, n° 800, Bairro São Dimas, JUIZ DE FORA, será realizada licitação para Registro de Preços para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA,conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II do edital. Tipo Menor Preço por Item. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados na sede do CISDESTE ou pelo endereço eletrônico. "WWW.CISDESTE.COM.BR" (EDITAIS - LICITAÇÕES). Demais informações poderão ser obtidas pelo tel.: (32) 3250-0361 . JUIZ DE FORA, 15 de maio de 2019. Izauro dos Santos Callais- Pregoeiro.

4 cm -15 1227699 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA/MG-CISMIV.

Aviso de julgamento, adjudicação e homologação de licitação. Pregão 16/2018, Processo nº 40/2018. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos para manutenção das atividades do laboratório de análises clínicas em bioquímica, coagulação, tubos e agulha para coleta de materiais biológicos para o CISMIV. O presidente do CISMIV, Angelo Chequer, torna público atos de julgamento, adjudicação e homologação no Pregão Presencial nº16/2018, que teve como vencedoras as empresas: QUIBASA QUÍMICA BASICA LTDA, CNPJ: 19.400.787/0001-07, lote 01 e 02 no valor total de R$ 183.000,00 (Cento e oitenta e três mil) e GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº: 71.957.310/0001-47 lote 03 com o valor total de R$ 135.900,00 (Cento e trinta e cinco mil e novecentos reais). Maiores informações podem ser obtidas pelo email:licitacao.cismiv@gmail.com, pelo telefone:313892-8569, pelo site: http://cismiv.mg.gov.br/licitacao/, ou na Rua José dos Santos, 120, Centro, Viçosa - MG, 14 de maio de 2019.

4 cm -14 1227474 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO SAPUCAÍ – CISMAS

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019. Fica alterado as descrições dos lotes 01, 02 e 03 do anexo I formulário de proposta. Tendo em vista que as alterações poderão aumentar a competitividade do certame, fica designado nova sessão para o dia 29/05/2019, às 10:00. A retificação na íntegra encontra-se disponível no sitewww.cismas.mg.gov.br

2 cm -15 1227829 - 1

CISALP – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

Torna pública a seguinte licitação:Pregão nº 005/2019objeto:OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos, apurado com o maior desconto na tabela de preço CMED/ANVISA, sendo como referencia o preço de fabrica (FP), em regime de fornecimento parcelado, para atender as necessidades dos municípios Integrantes do consorcio intermunicipal de saúde da microrregião do Alto Paranaíba - CISALP . DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO: 30/05/2019 às 09:00 horas. LOCAL: Rua Juquinha Souto, nº 100, bairro Novo Horizonte, Lagoa Formosa/MG, CEP: 38720-000. INFORMAÇÕES: (34) 3824-1710,e-mail: licitação@cisalp.mg.gov.br

3 cm -15 1227724 - 1

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIUMHI-MG.

TOMADA DE PREÇO Nº02/2019. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 05/2019.MENOR PREÇO GLOBAL. O SAAE PIUMHI através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação vem tornar público que, após detida análise da proposta apresentada pela licitante habilitada no certame, a CPL classificou a proposta e declarou vencedora do certame a empresa GLOBUS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS LTDA – ME, com proposta no valor global de R$ 53.182,98 (Cinquenta e três mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) com os prazos e condições nela anunciados, isso porque, cumpriu a todas as exigências do Edital e por estar dentro do valor estimado pelo SAAE-PIUMHI. Fica concedido oprazo de 05 dias úteis, nos termos do art. 109, I, "b" da Lei nº. 8.666/93, para interposição de eventual recurso administrativo quanto a esta fase do certame. Não havendo manifestação contrária a esta decisão, o objeto da presente licitação estará em condições de ser homologado e adjudicado a favor da empresa classificada no certame e já declarada vencedora. Piumhi-MG, 15/05/2019. Maria das Graças Ferreira Barros Goulart–Presidente da CPL.

4 cm -15 1227808 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320190515192332021 2.